ANO I N.1
MAIO
1991

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Coordenação e Planejamento
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

CARTA DE CONJUNTURA FEE

A PERSISTÊNCIA DA INFLAÇÃO

A conjuntura de maio é marcada pela queda da Ministra Zélia Cardoso de Mello. O episódio parece surpreendente, pois a Ministra recém reafirma seu controle sobre a política econômica. É oportuno analisar, pois, a conjuntura que dá origem a essa substituição e as possíveis alterações que podem advir na condução da política econômica, para compreender melhor porque esse gigante persistente tem feito sucessivos ministros da área econômica reprisarem a desgraça do cavaleiro da triste figura combatendo moinhos de vento.

Perder-se com a bússola

Após a ousadia do plano de estabilização de março de 1990, já na metade do ano, a especulação novamente escapou ao controle, e os aumentos de preços acumularam-se.

No segundo semestre, permaneceram ativos apenas os instrumentos da ortodoxia, sob a expectativa de que o controle inflacionário via políticas monetária e fiscal produziria os efeitos da estabilização econômica. Porém as causas do processo não foram atacadas, tais como o conflito distributivo, a "overnightização" e a criação da moeda no sistema financeiro. Dessa forma, as forças de mercado produziram uma aceleração inflacionária persistente, tendo já em janeiro ultrapassado o nível de 20% ao mês.

A ineficácia do tratamento ortodoxo forçou o Governo Federal a abandonar a idéia de acabar com a inflação com "um só tiro", forçando o lançamento de um novo plano de estabilização no final de janeiro. A nova estratégia antiinflacionária lançou mão de instrumentos de política econômica de corte heterodoxo, como o congelamento, a desindexação ou as alterações no sistema financeiro, sem deixar, todavia, de manter a ortodoxia nos apertos fiscal, monetário e salarial. Tais instrumentos visavam estancar a propagação inflacionária, seja através da remarcação de preços, seja pela via da especulação financeira de curtíssimo prazo. Simultaneamente a isso, os preços passaram a ser geridos pelo Governo, com o respaldo das câmaras setoriais. Sem eliminar as pressões inflacionárias, esse conjunto de medidas logrou reduzir a inflação para o patamar de um dígito. Contudo a oposição à política governamental era crescente.

A necessidade de estabilização e o isolamento do Governo

A necessidade da estabilização econômica e os resultados da política daí advinda provocaram um continuado desgaste e isolamento do Governo. No que tange aos setores populares, isso ocorreu porque a política econômica se materializou no desemprego e na contenção salarial cristalizadora de perdas. O mesmo aconteceu pelo lado dos credores internacionais, pois estes crescentemente pressionaram por mudanças no caráter das negociações da dívida externa.

Mais importante, entretanto, era a oposição por parte dos diversos segmentos empresariais. O princípio da liberdade de mercado em uma situação de lucros comprimidos pela redução das vendas chocava-se cada vez mais com a disciplina do congelamento de preços e com a rigidez das câmaras setoriais. Ao mesmo tempo, a insatisfação de segmentos que sistematicamente lucraram com o processo inflacionário, como o setor financeiro, conjugada com a de grupos empresariais acostumados às isenções, aos subsídios e aos favores do Estado contribuíram para aumentar mais o isolamento do Governo. Esses interesses contrariados estruturam o pacto inflacionário, a resistência à estabilização.

Assim, a posse do novo Ministro foi recebida com enfáticos pedidos de fim de congelamento, de volta do "over" e de liberação dos cruzados.

Por trás da fumaça perdeu-se o caminho

A discussão sobre a política antiinflacionária no Brasil tem ficado reduzida à questão heterodoxia "versus" ortodoxia. Entretanto, para além do debate de qual o melhor receituário, há uma questão que o antecede, qual seja: qual a finalidade e quais as condições de um programa de estabilização? Uma política de estabilização somente pode ter sucesso e conseguir a adesão da sociedade na medida em que estiver coerentemente relacionada a um projeto de desenvolvimento, para o qual também seria uma das precondições. Com efeito, a articulação com um projeto de longo prazo poderia recompor o horizonte de cálculo capitalista e reduzir a paralisante incerteza da economia brasileira. A proposta de uma política de longo prazo contida no Projeto de Reconstrução Nacional é insuficiente em sua generalidade. Não há política industrial clara, nem política agrícola definida. Tampouco são indicados quais os investimentos prioritários ou como recompor a infra-estrutura, restringindo-se a uma postura de desregulamentação, de queda de protecionismos, de eliminação de subsídios e incentivos de parte do Estado, bem ao gosto do neoliberalismo.

"Intermezzo": o neoliberalismo e o Estado

A opinião pública nacional tem sido alvo de uma pregação neoliberal realizada cotidianamente pela mídia. Criou-se um senso comum de que a crise nacional foi provocada pelo Estado e só não se resolve porque este ainda não foi convencido a sair de cena, entregando nosso destino à figura mítica do "Mercado". Entretanto não se pode esquecer que o Estado foi um dos pilares do desenvolvimento econômico do País. Seus problemas manifestam-se a partir da segunda metade dos anos 70, quando isoladamente tenta sustentar o crescimento econômico "vis-à-vis" à retração do investimento do setor privado nacional e do internacional. Além disso, foi o Estado quem absorveu todas as perdas (junto com os assalariados e pequenos produtores)

SINOPSE DO MÊS

RECUPERAÇÃO INSUFICIENTE NAS VENDAS

As vendas no comércio de Porto Alegre apresentaram taxa positiva pelo segundo mês consecutivo quando comparadas às do mês anterior. Em março, foram 28,68% superiores às de fevereiro e, em abril, 8,53% superiores às de março. No entanto pode-se observar pelo Gráfico 1 que essa recuperação é insuficiente. A comparação com abril do ano passado mostra queda de 16,76%, mais relevante caso se considerar que a taxa anual, em abril de 1990, também foi negativa em 35,53%. Com a agudização da recessão a partir da metade do ano passado, o ramo de bens duráveis foi mais atingido. Fatores como o baixo salário e o medo do desemprego explicam a baixa demanda por esses bens, normalmente comprados a crédito. O possível recrudescimento da inflação pode agravar ainda mais a situação do setor, devendo significar vendas ainda menores que as do ano passado.

PREÇOS: CRESCENTE PERDA DE CONTROLE

Embora o Plano Collor II tenha reduzido a inflação, que vinha numa aceleração firme e perigosa (Gráfico 2), seus resultados não são animadores. O contínuo declínio dos índices de preços entre fevereiro e abril não deve se manter, pois essa trajetória decorre de questões técnicas (média contra média) e do tarifaço. Na verdade, já se firmou um patamar mínimo inflacionário significativo, mesmo após um período curto de congelamento. Isso manifestou-se em alguns índices de abril, com o IGP-DI da FGV apresentando uma variação mensal de 8,74% e o IPC da IEPE (Porto Alegre) de 7,84%. A contribuição maior foi dos produtos "in natura", vestuário e outros preços tradicionalmente menos controláveis em períodos de congelamento. Além disso, a inflação apresenta certo potencial de aceleração. As tarifas e os preços públicos já possuem alguma defasagem e terão de ser atualizadas. Em maio, devem aparecer os efeitos dos reajustes dos preços das câmaras setoriais e, mais preocupante, variações superiores às autorizadas, refletindo a pressão do desajustamento dos preços relativos ou um comportamento especulativo frente à mudança da equipe econômica e seu estilo mais "soft".

Isso põe sérias dúvidas sobre a eficácia da política do novo Ministro, que dá um tratamento diferenciado aos preços, abrangendo desde os preços tabelados até os totalmente livres, passando por outros controlados ou vigiados.

COMPRESSÃO SALARIAL NA INDÚSTRIA GAÚCHA

A política econômica recessiva de combate à inflação, combinada com a ausência de uma política salarial efetiva, tornou 1990 o pior ano para os salários na indústria gaúcha desde 1985 (Gráfico 3). A queda real dos salários foi de 9% em relação a 1989. A evolução salarial no período jan./90 a mar./91 revela que os dois planos econômicos implantados pelo atual Governo, como os demais – à exceção do Cruzado –, apenas beneficiam os salários momentaneamente, ao interromperem por poucos meses a aceleração inflacionária. A partir de ago./90, iniciou-se uma trajetória de declínio salarial, sem que a recessão impedisse o retorno da inflação. O Plano Collor II interrompeu a queda, possibilitando a "recuperação" dos salários ao rebaixado nível de 1990. Todavia a melhor perspectiva para os salários na indústria gaúcha em 1991 parece ser a manutenção desse patamar, pois as dificuldades de reativação da economia e de estabilização dos preços, aliadas à desindexação salarial, tornam provável uma queda ainda maior dos salários.

DESEMPREGO: PATAMAR ALTO

A Pesquisa Mensal de Emprego (PME), realizada pelo IBGE na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), registrou, nos três primeiros meses de 1991, taxas de desemprego mais altas do que as verificadas durante o ano passado. A pesquisa mostra, porém, que a taxa média de desemprego aberto estimada para a RMPA declinou levemente em março deste ano, ficando em 5,14%, enquanto a taxa em fevereiro foi de 5,48%. Neste último mês, ao contrário do que costuma ocorrer, a taxa da RMPA foi levemente superior à estimada para o Brasil. A PME registra também que, a nível nacional, a taxa média de desemprego aberto foi estimada em 5,89% para o mês de março de 1991, enquanto, em fevereiro, a mesma foi de 5,41%. Isso demonstra que o nível de desemprego continua num patamar elevado, reflexo da política econômica recessiva desencadeada pela equipe da ex-Ministra Zélia.

RITMO DA QUEDA NA INDÚSTRIA DIMINUI

A produção industrial brasileira apresentou queda de 11,6% em março, comparada a de março de 1990, conforme o IBGE. Esse desempenho indica uma redução no ritmo da queda da produção, que vinha acelerando-se no último trimestre do ano passado e no início de 1991. Para a análise do Gráfico 5, referente à indústria gaúcha, é necessário considerar a metodologia da pesquisa da FGV/CEI, cujas respostas para o primeiro trimestre foram obtidas em abril, o que justifica a alta ociosidade em 1990 e a maior utilização em 1991. Pode-se notar uma certa recuperação do setor de bens de consumo, que dependerá do comportamento dos preços para prosseguir. A alta ociosidade da indústria de material de construção reflete o desaquecimento da construção civil no Estado, e a indústria de bens de capital ressente-se da falta de investimentos e da quebra da safra no RS.

DOLARIZAÇÃO

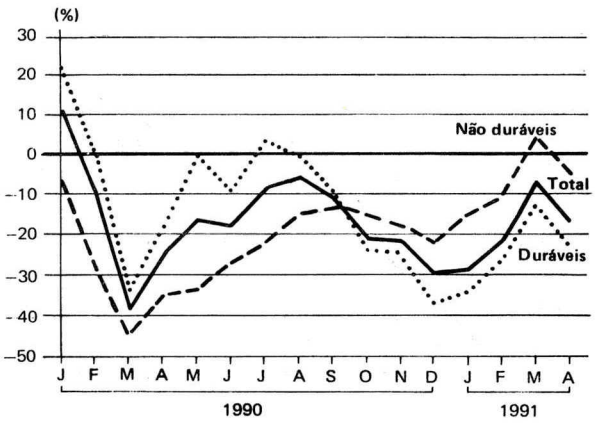
A dolarização da economia só é possível diante de um volume de reservas suficientemente elevado para garantir a confiança na convertibilidade da moeda que se pretende lastrear. Para que tal ocorra, é preciso que haja disponibilidade interna de dólares.

No caso do Brasil, dada a grande concentração dos ativos financeiros em aplicações de curtíssimo prazo, a livre conversibilidade do dólar seria inviável pela inexistência de moeda norte-americana em volume suficiente para suprir a demanda por dólares que adviria (é o que se vê comparando reservas e M4 no Gráfico 6). Além disso, atrelando a emissão de cruzeiros à disponibilidade do equivalente em dólares, o Governo apenas conseguirá pagar seus compromissos externos com "superavit" fiscal o que significa retardar ainda mais a retomada do crescimento.

FEE-CEDOC
BIBLIOTECA

GRÁFICO 1

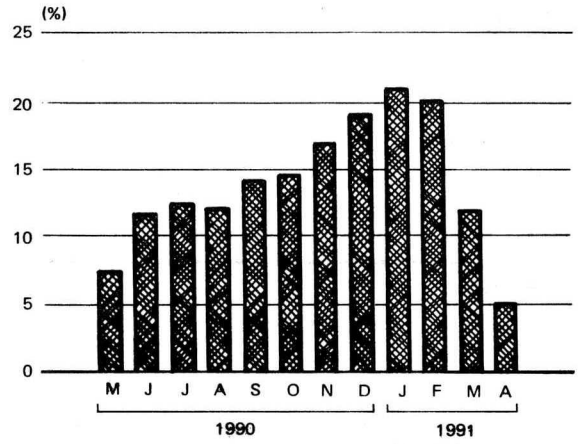
TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DAS VENDAS, POR RAMOS DE MERCADORIAS, EM PORTO ALEGRE – JAN/90-ABR/91



FONTE: TERMÔMETRO DE VENDAS (1990/91). Porto Alegre, FEE.
NOTA: As taxas têm como base o mesmo mês do ano anterior.

GRÁFICO 2

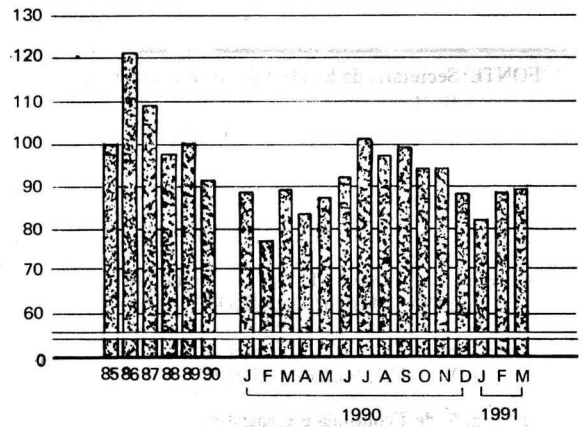
VARIAÇÃO MENSAL DO ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR – MAIO/90-ABR/91



FONTE: IBGE.

GRÁFICO 3

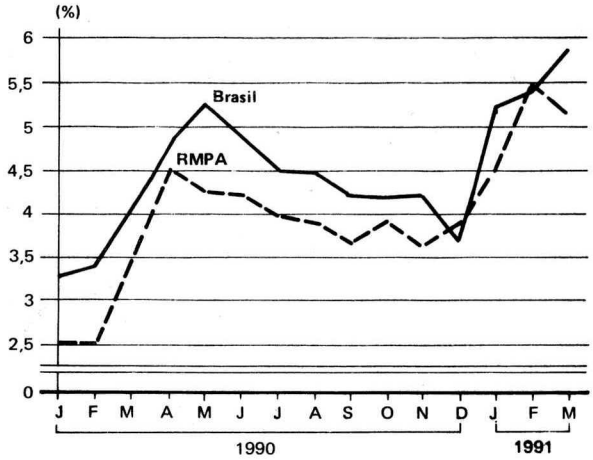
ÍNDICE DO SALÁRIO MÉDIO REAL DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL – 1985/91



FONTE DOS DADOS BRUTOS: IDERGS/CEAG.
NOTA: 1. O índice tem como base 1985=100.
2. Os dados foram deflacionados pelo INPC para POA ajustado, do IBGE.

GRÁFICO 4

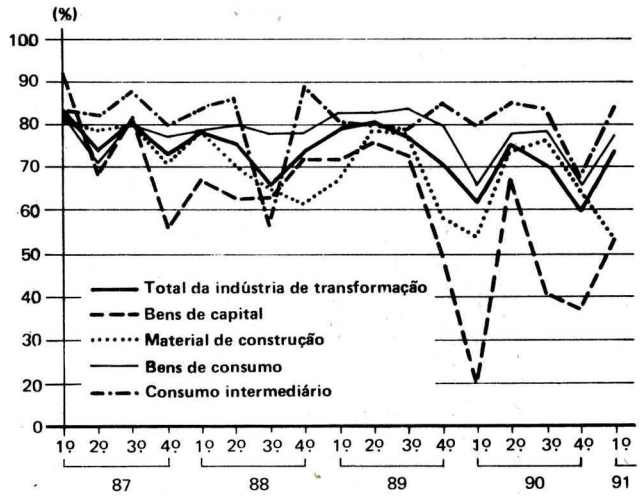
TAXA MÉDIA DE DESEMPREGO ABERTO NA RMPA E NO BRASIL – 1990 E 1991



FONTE: IBGE.

GRÁFICO 5

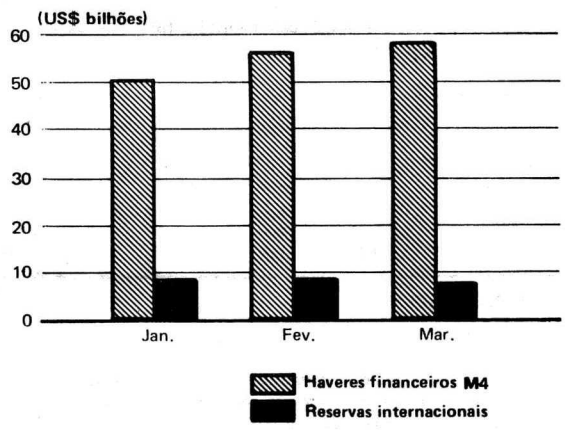
UTILIZAÇÃO MÉDIA DA CAPACIDADE INSTALADA, POR CATEGORIA DE USO, NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL – 1º TRIM/87-1º TRIM/91



FONTE: FGV/CEI.

GRÁFICO 6

HAVERES FINANCEIROS E RESERVAS INTERNACIONAIS NO BRASIL – JAN-MAR/91

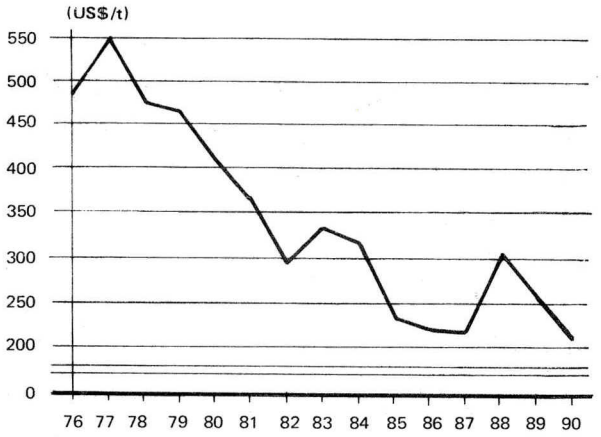


FONTE: BACEN.

INDICADORES

GRÁFICO 7

PREÇO MÉDIO REAL DA SOJA EM GRÃO SEGUNDO AS COTAÇÕES DE CHICAGO – 1976-90

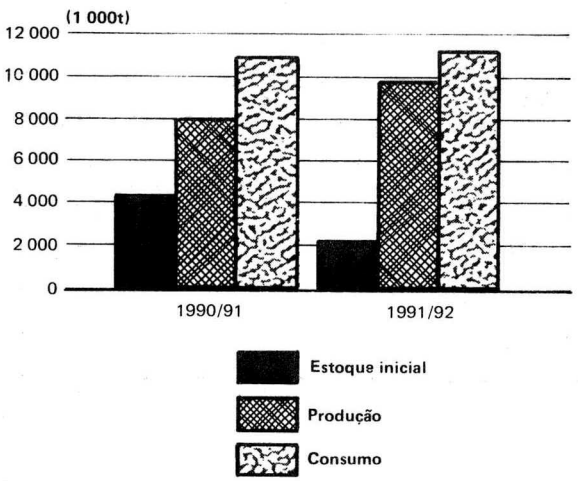


FONTE: Preços nominais: CFP.
IPC dos EUA: REVISTA MACROMÉTRICA (1991). Rio de Janeiro, Pesquisa Econômica. mar.

NOTA: Os valores referem-se à média anual e têm por base o IPC dos EUA de jan./90.

GRÁFICO 8

OFERTA E DEMANDA DE ARROZ EM CASCA NO BRASIL – 1990/91 E 1991/92



FONTE: SAFRAS E MERCADOS – Arroz (1991). Porto Alegre, Safras. maio.

Tabela 1

Evolução, mês a mês, da base monetária (BM) e dos meios de pagamento no Brasil – jan.-abr./91

(%)

PERÍODOS	BM (1)	M1 (2)	M2 (3)	M3 (4)	M4 (5)
Jan.	–19,3	–14,8	14,8	17,4	20,1
Fev.	38,4	51,1	17,8	18,2	12,5
Mar.	11,7	6,5	1,1	5,4	11,0
Abr.	0,2	1,7	6,3	7,3	10,6

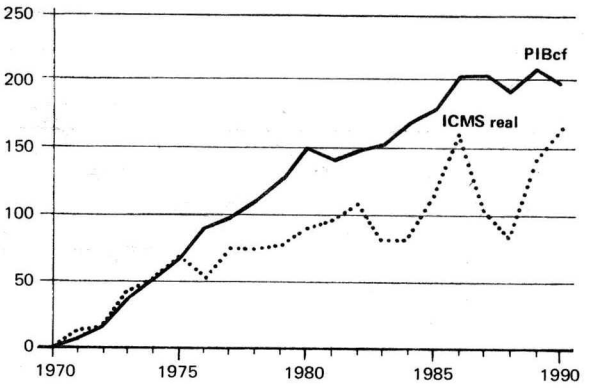
FONTE: BACEN.

NOTA: Todos os agregados referem-se à variação percentual dos saldos em fins de período.

(1) Base monetária é a emissão da moeda mais reservas bancárias. (2) M1 é igual a depósitos à vista mais moeda em poder do público. (3) M2 é igual a M1 mais títulos federais fora do BACEN. (4) M3 é igual a M2 mais poupança. (5) M4 é igual a M3 mais depósitos a prazo.

GRÁFICO 9

ÍNDICE DE EVOLUÇÃO DO PIBcf E DO ICMS NO RIO GRANDE DO SUL – 1970-90



FONTE: FEE.
FINANÇAS DO ESTADO (1989). Secretaria da Fazenda. Gabinete de Orçamento e Finanças.

Tabela 2

Percentual de municípios com esgotamento sanitário em cada região do Brasil – 1989

REGIÕES	ESGOTAMENTO SANITÁRIO
Norte	8,1
Nordeste	26,3
Centro-Oeste	13,0
Sudeste	91,0
Sul	39,1
Brasil	47,3

FONTE: IBGE.

Tabela 3

Expectativa de vida ao nascer para ambos os sexos no Rio Grande do Sul e no Brasil – 1970-1990

(anos)

PERÍODOS	RIO GRANDE DO SUL	BRASIL
1971-73	66,65	(1) 52,67
1979-81	68,80	(2) 60,08
1982-84	69,39	(3) 63,41
1989	70,55	(4) 64,89

FONTE: Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente.
IBGE.

(1) Em 1970. (2) Em 1980. (3) Em 1980-85. (4) Em 1985-90.

Governador do Estado do Rio Grande do Sul
ALCEU DE DEUS COLLARES

Secretário de Coordenação e Planejamento
WALTER MEUCCI NIQUE

Fundação de Economia e Estatística
Siegfried Emanuel Heuser

Presidenta: DILMA VANA ROUSSEFF LINHARES
Diretor Técnico: OCTAVIO AUGUSTO CAMARGO CONCEIÇÃO
Diretora Administrativa: MOEMA KRAY

SOJA: LIMITES DO MERCADO EXTERNO

A queda dos preços da soja na Bolsa de Chicago, verificada de forma mais ou menos contínua desde o fim da década de 70 (Gráfico 7), é sustentada por uma aceleração na oferta. A preocupação enfrentada pelos produtores é, no entanto, com suas conseqüências, o que foi manifestado no II Forum Nacional de Soja. Ali ficou explícito que: a manutenção dos atuais níveis de preços e os ganhos de qualidade são muito importantes para não se perderem os nossos tradicionais mercados importadores, pois estes podem, com alguma facilidade, substituir a nossa soja por oleoproteaginosas que já produzem; não houve sensibilidade na Bolsa de Chicago à queda da safra 1990/91; e a conquista de novos mercados é muito difícil. Portanto, o mercado interno torna-se cada vez de maior relevância. O crescimento econômico com distribuição de renda aparece como alternativa mais segura para o futuro dos sojicultores.

CRISE NO ABASTECIMENTO

Após a supersafra colhida em 1989, o Brasil volta a experimentar em 1991 uma estimativa de queda na produção agrícola da ordem de aproximadamente 22%, considerando o total dos cinco principais grãos: arroz, feijão, milho, soja e trigo. Esse decréscimo de produção, aliado aos baixos "estoques de passagem" a nível nacional, contribuirá para a manutenção de um quadro de aperto de suprimento, o qual também é conseqüência da política do Governo Federal de afastar-se gradativamente da comercialização agrícola, ausentando-se das compras para formação de estoques.

A conjugação desses fatos resultará na necessidade de importar, neste ano, algo em torno de seis milhões de toneladas de produtos básicos. Contudo as autoridades governamentais devem atentar para os atuais níveis de estoque para evitar volumes de importações desnecessários, como o caso do arroz (Gráfico 8). Além de se precaver para reais riscos de desabastecimento, o Governo também haverá de enfrentar uma alta nos preços agrícolas que pressionará os índices inflacionários.

BAIXA LIQUIDEZ PREOCUPA BACEN

Com o Plano Collor II, os agentes econômicos passaram a carregar mais moeda, caracterizando um processo de monetização na economia, que normalmente ocorre no início dos planos de estabilização. Em março e, sobretudo, abril, esse processo se encerrou, e os recursos monetários começaram a ser direcionados para as aplicações financeiras (Tabela 1).

A partir de maio, o Banco Central (BACEN) passou a preocupar-se com a baixa liquidez do sistema. Para amenizar a situação, o BACEN poderá flexibilizar a estreita margem de manobra que as instituições financeiras dispõem hoje nas suas operações com títulos públicos federais. Os Bônus do Banco Central (BBCs) e as Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) estão praticamente amarrados dentro do Fundo de Aplicação Financeira (FAF), com um valor estimado em torno de Cr$ 1 trilhão. Na carteira das próprias instituições, a estimativa é a de que exista apenas algo em torno de Cr$ 312 bilhões. Na realidade, o BACEN estuda medidas que visam justamente abrir canais para melhorar o fluxo da liquidez entre a autoridade monetária e as instituições financeiras e que abrangem a criação de instrumentos que permitam a sua atuação no mercado interbancário.

REDUÇÃO NA ARRECADAÇÃO DO ICMS DO RS

Pode-se diagnosticar, através do Gráfico 9, que o Estado vem, ao longo das duas últimas décadas, perdendo receita em relação ao desempenho da economia. Num cenário de crescimento, como mostra a evolução do PIBcf nestes 20 anos, com base em 1970, percebe-se que as finanças do Rio Grande do Sul não conseguiram acompanhar o desenvolvimento econômico. Se o ICMS é resultado da atividade produtiva, era de se esperar uma coincidência das curvas, como até 1975. Na realidade o Estado tem demonstrado pouca capacidade em converter a expansão da base econômica em crescimento de arrecadação do Imposto. Essa defasagem é explicada, em boa medida, pelos benefícios fiscais, pela dilatação de prazos de recolhimento e pela sonegação, crescentes no período.

A IMINÊNCIA DA CÓLERA

A ocorrência de doenças infecciosas e parasitárias no Brasil, fato em si já alarmante, adquire importância redobrada com a iminência de uma epidemia de cólera em nosso território. A extrema carência de saneamento básico, envolvendo tratamento adequado de água e esgoto, constitui a principal via de propagação da doença. Não obstante a organização, por parte das autoridades sanitárias, de esquemas de prevenção, o bacilo vibrião colérico pode atingir regiões de favelados, onde há alta densidade populacional e nunhuma infra-estrutura sanitária. Nesse caso, imediatamente se perderá o controle da doença. A análise da pequena proporção dos municípios ligados, em algum nível, à rede de esgoto (não necessariamente cobrindo o total da população) indica a urgência de uma intervenção nessa realidade, de modo a prevenir a disseminação de doenças em caráter epidêmico (Tabela 2).

AUMENTO DA EXPECTATIVA DE VIDA: RS E BR

A expectativa de vida do gaúcho nas duas últimas décadas teve um acréscimo de quase quatro anos, passando de 66,65 (1971-73) para 70,55 anos (1989). No Brasil, em igual período o aumento foi de três vezes o do Estado, pois a expectativa de vida se encontrava num patamar baixo de 52,67 (1970) e evoevoluiu para 64,89 anos (1985-90). Esta última posição já havia sido superada pelo Rio Grande do Sul no início da década de 70.

Os avanços na expectativa de vida (Tabela 3) foram, em grande parte, alcançados pela diminuição da mortalidade infantil, pela expansão do saneamento básico, pela cobertura imunológica e pelo incentivo ao aleitamento materno. Apesar da melhora na expectativa de vida do brasileiro, quando comparada com as da Venezuela (70 anos), da Argentina (71 anos) e do Uruguai (71 anos), evidencia o muito que resta a fazer para alcançar ou superar estes países.

que a crise impôs à sociedade, com destaque para a estatização da dívida externa, o endividamento público interno e os subsídios. Não é por outra razão que o capital privado tem conseguido manter-se valorizado.

O setor produtivo estatal, responsável pelo suprimento da maior parte da infra-estrutura e dos insumos básicos da economia, está financeiramente falido. Sufocado por uma imensa dívida, em grande medida contraída para resolver problemas macroeconômicos, e com as receitas erodidas por anos de prática de preços irreais para subsidiar o setor privado, o conjunto das empresas estatais representa hoje um patrimônio de enormes proporções em acelerado processo de sucateamento. Ao mesmo tempo, as políticas sociais (saúde, habitação, educação, previdência, etc.) foram quase completamente desmontadas, com efeitos perversos sobre um país com os graves problemas do Brasil.

Não se discute a necessidade de reformar o Estado no sentido de torná-lo eficiente e adequado às necessidades contemporâneas. Entretanto essas mudanças somente serão bem sucedidas quando resultarem da discussão de questões concretas, e não de um discurso meramente ideológico.

Algumas cartas na mesa

No debate motivado pelos insucessos da política econômica, predominam hoje três posições. A primeira considera que a inflação, como fenômeno social, só pode ser erradicada através de um entendimento nacional. Parte da constatação de que a inexistência de coordenação de preços pelo Governo gera inflação, enquanto uma intervenção direta, como o congelamento, possui pouca efetividade. Nessa proposta, as câmaras setoriais podem ser um dos instrumentos usados, desde que inseridas em um contexto maior de acordo político-social. As dificuldades de implementação são grandes devido à heterogeneidade sócio-econômica do País, à representatividade dos interlocutores e à operacionalização de sua implementação. O maior obstáculo, porém, é a própria existência do pacto inflacionário: diversos setores do sistema econômico ou ganham com a inflação ou não aceitam os custos de uma política estabilizadora. Como a viabilização do pacto depende da aceitação de uma distribuição de perdas, as tentativas são reiteradamente frustradas.

Uma segunda alternativa diz que o pacto será realizado automaticamente pelo mercado, basta que se retirem todos os instrumentos de intervenção ou controle estatal. Entretanto a experiência no Brasil demonstrou a ineficácia de se depositar simplesmente sobre o mercado a determinação dos preços. É o próprio mercado que faz a inflação na ciranda financeira e na especulação com mercadorias e ativos reais. Cada agente econômico procura garantir a sua remuneração através de uma propensão à elevação dos seus preços, buscando proteger-se contra possíveis perdas que adviriam de uma defasagem em relação aos seus custos. Nesse processo, o Estado, como avalizador das regras do jogo, é um agente meramente passivo, procurando preservar a solvência e a liquidez do sistema. Os comportamentos especulativos e inflacionários repetem-se porque o risco é zero.

A terceira posição é mais recente: pretende sustentar a credibilidade da moeda "ancorando-a" no dólar. É motivada pela atual experiência argentina, nosso laboratório heterodoxo. Entretanto a alternativa de dolarização não pode ser encarada como uma panacéia, como dão a entender alguns defensores entusiasmados. O Plano Cavallo, na Argentina, deu-se após uma situação de efetiva dolarização da economia feita pelo próprio mercado. A riqueza financeira concentrava-se no dólar. A moeda nacional e os ativos denominados nessa moeda eram rejeitados pelos agentes econômicos. O que o programa argentino fez foi, partindo dessa situação, tentar recuperar a confiança na moeda através da garantia de sua conversão em dólar pelo Estado. Portanto, é uma situação diferente da brasileira, pelo menos atualmente. Os bancos ainda concentram a maior parte dos haveres financeiros, e o perigo de uma corrida contra a moeda nacional estaria sempre presente. A economia ficaria permanentemente sob tensão, tendo em vista a necessidade de se ter simultaneamente os equilíbrios cambial, fiscal e monetário e uma sólida confiabilidade dos agentes diante de qualquer fator perturbante.

Perspectivas

A nova equipe econômica assume numa situação peculiar, pois tem ainda que administrar a política adotada pela antiga Ministra para evitar qualquer descontrole inflacionário. Assim, não é fácil identificar as mudanças que o Ministro Marcílio Marques Moreira quer imprimir.

A situação agora é de grande incerteza, pois, além das dificuldades de negociação nas câmaras setoriais, existem fortes indícios de reajustes de preços superiores aos autorizados. Na verdade, há um esgotamento dos diversos instrumentos de política econômica. O inédito aperto recessivo já feito desautoriza os que insistem nesse mecanismo. A política monetária também não tem como ser mais restritiva, e os salários estão comprimidos em níveis baixíssimos.

Além disso, o equilíbrio financeiro do setor público é bastante precário, baseando-se principalmente na forte compressão das despesas, que não têm mais margem para diminuição. Avizinham-se problemas de abastecimento dos produtos agrícolas. As negociações da dívida externa, embora possam progredir com o novo Ministro, não autorizam uma perspectiva positiva quanto à redução de seus custos. Tudo isso torna nada otimistas as projeções para o futuro.

O novo estilo "soft" do Governo deve ser visto com muita cautela. Pode ser positivo se conseguir a dificílima tarefa de fazer uma concertação social que imponha ao pacto inflacionário as perdas necessárias à redução da inflação.

Esse estilo, entretanto, pode conduzir a uma espécie de "sarneyzação" do Governo, onde o imobilismo é a marca e as tentativas de políticas ativas são desmoralizadas pelo próprio poder nas concessões que faz a interesses particulares, preservando o pacto inflacionário. Isso apenas estenderia mais no tempo um processo perigoso para o destino do País. ●

CARTA DE CONJUNTURA FEE
A Carta de Conjuntura FEE é uma publicação mensal de responsabilidade dos editores com a colaboração dos núcleos de pesquisa da Direção Técnica.
As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria de Coordenação e Planejamento.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE)
Rua Duque de Caxias, 1691 – Porto Alegre, RS – CEP 90.010

Editor: Luiz Augusto Estrella Faria
Editor Adjunto: André Minella
Elaborada com informações disponíveis até o dia 26.05.91.

UNAD...
Reg 21-562/2
Data 18.6.91

Apoio
banrisul
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A